

Entre lepra e hanseníase: a constituição de uma historiografia sobre saúde e doença no Brasil¹

Between leprosy and leprosy: the constitution of a historiography on health and disease in Brazil

Gabriel Rocha da Silva

Graduação em História, pela Universidade Estadual do Piauí
Mestrado em História do Brasil, pela Universidade Federal do Piauí.

Marcelo de Sousa Neto

Doutor em História do Norte e Nordeste do Brasil (UFPE), com Pós-doutorado em História do Brasil (UFPI/PNPD/CAPES). Mestre em Educação (UFPI), Especialista em História Sociocultural (UFPI) e História Política (UESPI). Graduação em História (UESPI) e Direito (UESPI).

Resumo: O artigo tem como objetivo discorrer sobre a historiografia relacionada à História da Saúde e das Doenças, dando ênfase à hanseníase, ao considerar a produção historiográfica produzida em programas de pós-graduação em História no Brasil. Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica por se tratar de levantamento historiográfico sobre saúde pública e hanseníase. Constatou-se que, apesar da ampliação dos estudos sobre a endemia no país, ainda é necessário enfatizar as discussões pertinentes à segunda metade do século XX, período de redefinição política de combate à doença.

Palavras-chave: História. Historiografia. Hanseníase.

Abstract: The article aims to discuss the historiography related to the History of Health and Diseases, emphasizing leprosy, when considering the historiographical production produced in postgraduate programs in History in Brazil. Methodologically, this is a bibliographic research because it is a historiographical survey on public health and leprosy. It was found that, despite the expansion of studies on the endemic disease in the country, it is still necessary to emphasize the discussions relevant to the second half of the 20th century, a period of political redefinition to combat the disease.

Keywords: History. Historiography. Leprosy.

Introdução

Como apresenta Johny Araújo (2015), História e historiografia são indissociáveis, pois, enquanto a primeira se constitui como ciência, no sentido de estar relacionada com teorias, metodologias e questionamentos próprios a partir de diferentes objetos de pesquisa, a outra se refere à trajetória dos estudos relacionados a determinada temática e contribui para a compreensão da História.

1. Trabalho oriundo de pesquisa de mestrado que possui apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Dessa forma, para discorrer sobre qualquer objeto, é necessário conhecer a historiografia para situar as discussões e ampliar as problematizações ao longo da construção da narrativa, embasando-se naquilo que já foi produzido sobre a temática. Assim, o próprio entendimento sobre as condições de possibilidade da constituição historiográfica se faz imprescindível para compreender a constituição e o desenvolvimento de determinados campos da História, além do contexto em que a obra é concebida, como aponta Oliveira e Gontijo (2016) ao discorrerem sobre a história da historiografia no Brasil.

Ante o exposto, o presente artigo tem como objetivo discorrer sobre a historiografia relacionada à História da Saúde e das Doenças, dando ênfase especificamente a trabalhos que versem sobre a hanseníase (lepra), ao considerar a produção historiográfica produzida e desenvolvida em programas de pós-graduação em História de todo o país. Quanto à metodologia utilizada para a elaboração do artigo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, considerando autores que refletem sobre a história da hanseníase (lepra) no Brasil. Regionalmente, quanto à historiografia piauiense, destacou-se o texto de Valtéria Alvarenga (2013), por ser oriundo de tese de doutoramento em História sobre a doença no estado.

Para o levantamento bibliográfico foi utilizado, como mecanismo de pesquisa, o Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para identificar os trabalhos em História que tinham como objeto de estudo a enfermidade e as relações socioculturais associadas com sua trajetória. Tal pesquisa foi necessária para poder ter acesso a trabalhos que versam sob o ponto de vista da História e que foram desenvolvidos em programas de pós-graduação da área. Como filtro para pesquisa no sistema, foram utilizados os termos: hanseníase, lepra, hansen, asilo e leprosário.

Somado a isso, foi utilizada como referência a obra organizada pela historiadora Yara Monteiro (2019) que aglutinou pesquisadores de cada região do Brasil para discutir sobre a problemática da hanseníase no país, resultando em um trabalho que traça um panorama sobre a condição da endemia nacionalmente e regionalmente, trazendo as reflexões sobre a trajetória dela e como isso afetou a realidade da sociedade brasileira.

Dessa maneira, o artigo foi dividido em dois tópicos além da introdução: o primeiro, apresentando considerações sobre a ampliação dos campos de pesquisa em História da Saúde e das Doenças, expondo as condições acadêmicas que permitiram a constituição do campo. Logo após, apresenta-se a historiografia referente à hanseníase, utilizando variados trabalhos que discorrem sobre a doença, as suas especificidades, e como tais estudos contribuíram para os debates, destacando, ao longo dessa discussão, como se inseriu a problemática no contexto piauiense. Por fim, as considerações finais apontam possibilidades para a ampliação de pesquisas sobre a temática.

Ampliação do campo de pesquisa em História da Saúde e das Doenças

Desde as últimas décadas do século XX, o campo historiográfico vem se ampliando no sentido de abrangência dos objetos de pesquisa relativos a várias formas de produzir História, como salienta Margareth Rago (1999) quando apresenta um panorama sobre a

“nova” historiografia que estava surgindo nesse contexto. A autora expõe alguns aspectos que possibilitaram essa ampliação, desde a influência de pensadores de outros lugares do mundo, em um contexto de globalização e ampliação dessas trocas culturais, até o modo como tal influência afetou consideravelmente a maneira em que passou a ser elaborado o conhecimento científico de História no país.

Desse modo, verifica-se o interesse dos historiadores por temáticas que antes não eram alvos da historiografia brasileira. Rago (1999) apresenta uma série de temas e discussões que passaram a entrar em voga nos debates acadêmicos, trazendo o sujeito para o centro dessas questões, articulando com conceitos referentes à cultura e utilizando-se cada vez mais do diálogo com outras áreas das ciências. Assim, a partir do foco na complexificação das relações sociais e dos sujeitos, os trabalhos afastam-se de concepções mais estruturalizantes que vigoravam na historiografia anteriormente.

Nesse ínterim, aspectos como saúde pública e questões relativas a endemias na sociedade se encaixam nesse quadro de mudanças das últimas décadas e da constituição das novas formas de produção de pesquisa. A referida expansão foi identificada por Luiz Teixeira, Tânia Pimenta e Gilberto Hochman (2018) quando estes discorrem sobre a História da Saúde no Brasil, apontando que a perspectiva histórica referente aos fenômenos sobre essas temáticas estão se consolidando no campo denominado por “História da Saúde”, a qual:

[...] forjada como multidisciplinar, é herdeira de múltiplas tradições intelectuais e políticas, é diversa e polifônica, e cada vez mais avessa aos dogmatismos teóricos e metodológicos e compromissada em seu ofício com o entendimento das intrínsecas relações entre doença, saúde e sociedade (TEIXEIRA; PIMENTA; HOCHMAN, 2018: 19).

Perante o exposto pelos autores sobre as características dessas produções, percebe-se que não há um elemento metodológico que almeje padronizar as pesquisas pertinentes a essas temáticas, de modo que são múltiplas as possibilidades de se produzir reflexões com problematizações voltadas aos aspectos como ciência, saúde e doença, tendo, como único elemento em comum, a temática central que incide sobre essas abordagens.

Dessa maneira, são pesquisas que consideram essas características de forma inter-relacionadas, envolvendo as problemáticas sociais em diferentes instâncias, conectadas com as discussões sobre instituições, organizações ou grupos voltados a filantropia e caridade, concatenando essas perspectivas com outras categorias, como ciência, sociedade e cultura, em diferentes âmbitos e em variadas faixas espaciais e temporais.

Nesse sentido, cabe destacar as observações de Dilene Nascimento (2005) sobre esse período que ela aponta, de modo semelhante a Rago (1999), como renovação do domínio científico, característica das últimas décadas do século XX. Assim, Nascimento também ressalta o aprofundamento de diferentes campos do saber e a articulação entre as diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, por meio da interdisciplinaridade, atrelados à utilização de diferentes documentações como fontes a serem operacionalizadas ao longo da pesquisa.

Para Nascimento (2005), tal renovação permitiu que a doença se constituísse como objeto da História. Para a autora, ao analisar os fenômenos sociais e culturais atrelados às manifestações

de diferentes endemias, é possível compreender nuances sobre determinada sociedade, uma vez que as enfermidades são vinculadas a diversos significados pertencentes aos diferentes grupos, sejam por aqueles que são acometidos pela doença, familiares e amigos que convivem com entes que sofrem de alguma mazela, ou outros sujeitos “saudáveis” que de alguma forma entram em contato com os enfermos.

Assim, ao estudar sobre determinada epidemia, é possível estabelecer articulações com outras questões da sociedade que estão em volta desses embates, bem como os aspectos que permitem que determinado problema público encontre condições de existência. Com isso, para além de uma perspectiva biológica, aqui se enquadra a perspectiva da História perpassando por esses debates e contribuindo para que essas discussões não fiquem somente nos campos das Ciências da Natureza ou de Saúde, mas que seja ampliado o olhar para outras nuances.

Nota-se que Teixeira, Pimenta e Hochman (2018), ao denominar o campo como “História da Saúde”, define-o de forma ampla, incluindo nesse quadro as doenças e as discussões anteriormente citadas. Por outro lado, a denominação pode ser ainda mais abrangente. Ao se considerar o portal da Anpuh (Associação Nacional de História), encontra-se a terminologia História da Saúde e das Doenças para denominar um Grupo de Trabalho¹ conectado às pesquisas nesse campo.

No mesmo portal, é possível obter informações semelhantes às apresentadas por Teixeira, Pimenta e Hochman (2018) relativas ao avanço dos debates sobre essas temáticas e aos desdobramentos de pesquisas com múltiplas perspectivas e diferentes metodologias que vêm se intensificando nas últimas décadas em campos de pós-graduação por todo o Brasil (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2021).

Quanto a essa ampliação, cabe destacar o programa da Casa de Oswaldo Cruz (COC) que é voltado para a História das Ciências e da Saúde, criado no mesmo ano do referido GT nacional, e que consiste em turmas tanto para mestrado como para doutorado. O programa possui três linhas de pesquisa: História das Ciências: Saberes, Lugares e Práticas; História das Políticas, Instituições e Profissões em Saúde; História da Medicina e das Doenças. Assim, a iniciativa representou uma importante contribuição para a constituição de pesquisas nessas áreas (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA CASA OSWALDO CRUZ, 2021).

Por isso, em meio a essa conjuntura, entende-se que o crescimento de pesquisas conectadas com essas temáticas é atrelado aos referidos fatores que condicionaram e possibilitaram esse aumento, tanto do movimento de abrangência historiográfica decorrente das fragmentações dos objetos verificados a partir dos anos de 1970, através do maior contato com obras de pensadores de outros lugares do mundo – aliado à criação de um programa de pós-graduação específico sobre essas problematizações no início do milênio –, como da construção do Grupo de Trabalho nacional para debater sobre tais discussões e que, por consequência, desencadeou em outros grupos em diferentes regiões do país.

Integrando-se a essas ampliações, em 2019 foi criado o grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) que tem como objetivo “desenvolver pesquisas acadêmicas

1. A própria criação do Grupo de Trabalho, no início do milênio, se encaixa nesse momento de ampliação do campo historiográfico que foi citado e que estava em pleno curso.

relacionadas às Ciências, Saúde e Doenças” (PANDEMIA DE HISTÓRIA, 2021). Vinculado tanto à Universidade Federal do Piauí como à Universidade Estadual do Piauí, reúne pesquisadores que desenvolvem trabalhos atrelados tanto a nível regional, como articulados em perspectiva macro.

Dessa maneira, trata-se de uma discussão que gradativamente vai se consolidando no cenário nacional e se apresenta como uma interessante forma de análise dos problemas sociais a partir da constatação de um país endêmico em que essas problemáticas incidem sobre o cotidiano dos sujeitos. Dito isso, o próximo tópico aponta a recente historiografia que liga os aspectos socioculturais associados à trajetória da hanseníase e à problemática de sua permanência como questão de saúde pública e como ela se constituiu nas últimas décadas.

História da hanseníase: historiografia nacional e regional sobre a doença

Ao longo do século XX, com a ampliação do Estado e das atribuições do poder público, sobretudo para lidar com problemas socioculturais relacionados às mazelas que atingiam a população, percebe-se que há intensificação de intervenções públicas com o objetivo de melhorar as condições dos cidadãos diante do desejo de modernização próprio do período. Inclusive, segundo Gilberto Hochman (1998), foi através da necessidade de fomento das políticas sanitárias que o Estado encontrou subsídios para o fortalecimento das instituições públicas.

Assim, a partir da constatação de um país endêmico com surtos de diferentes doenças, principalmente nas regiões mais pobres do país, são criadas políticas com o intuito de sanear esses locais. Assim, pode-se citar a problemática da permanência da hanseníase como questão de saúde pública, embora esta, por muito tempo, tenha sido negligenciada, característica que abarca uma série de outras doenças que assolam a sociedade brasileira, como: dengue, doença de chagas, malária, dentre outras. Quanto à denominação “doença negligenciada”, de acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), o termo é atribuído para as enfermidades que possuem em sua trajetória aspectos de negligência, muitas vezes por parte do Estado, no tocante às poucas intervenções profiláticas, sobretudo, nos primeiros anos da República, período em que as configurações políticas ainda estavam se constituindo.

Entretanto, há outro sentido, que é latente na sociedade contemporânea. Ainda que hoje exista um protocolo médico eficiente de controle da doença, o Brasil continua, de acordo com os dados da OMS, sendo o segundo país com maior índice de casos em todo o mundo, perdendo o primeiro lugar somente para a Índia. Assim, a doença é fortemente ligada a outros fatores para além dos biológicos, e um deles é o de acometer historicamente as camadas mais fragilizadas socioeconomicamente, ainda que biologicamente possa acometer qualquer pessoa,

Conforme o exposto, tais doenças são ligadas aos aspectos referentes à pobreza e aos estigmas que atingem esses grupos, devido tanto, em algumas circunstâncias, ao desleixo do poder público por não produzir políticas eficientes para o controle dessas situações, como aos fatores de ordem sociocultural que se internalizam em meio às interações sociais dos sujeitos. Nesse sentido, aproximam-se as vinculações entre história, saúde pública e doença como objetos de pesquisa em História, tendo em vista essas problematizações.

Dito isso, cabe destacar trabalhos nacionais oriundos de programas de pós-graduação em todo o Brasil, que possuem como foco apresentar a hanseníase (lepra), em perspectiva histórica. Considerando que as doenças possuem histórias e, por isso, podem ser analisadas para além de concepções meramente biológicas, atrela-se a permanência de endemias com os aspectos socioculturais e como essas características vão se articulando com a ampliação dos espaços urbanos e do aglomerado dos sujeitos, ou seja, com a complexificação da sociedade.

Para identificação dos trabalhos específicos em História, desenvolvidos em programas nessa mesma área e que tiveram a doença como objeto central de análise, foram utilizados, com filtro, os termos: hanseníase, lepra, hansen, asilo e leprosário. O número total encontrado foi de 54 trabalhos defendidos até o ano de 2021, dentre dissertações e teses. Porém, cabe destacar que por terem sido utilizados como filtro as nomenclaturas anteriormente mencionadas, é possível que algum outro trabalho possa ter sido desconsiderado na contagem. Assim, a tabela a seguir diz respeito aos trabalhos localizados através dos critérios estabelecidos e que constavam no sistema durante o levantamento:

Tabela 01 – Catálogo de pesquisas em História sobre hanseníase/lepra

INSTITUIÇÃO	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL POR INSTITUIÇÃO
FIOCRUZ	5	2	7
USP	3	2	5
UFF	1	4	5
UFSC	2	1	3
UFPE	1	2	3
UFG	2	1	3
PUC - RS	2	0	2
UNIOESTE	2	0	2
UFC	1	1	2
UFU	2	0	2
UNISINOS	1	1	2
UFRJ	1	1	2
UFES	1	1	2
PUC SP	2	0	2
UFMT	2	0	2
UFMG	0	1	1
PUC - GO	1	0	1
UFAM	1	0	1
UECE	1	0	1
UFPB	1	0	1
UEL	1	0	1
UNESP	0	1	1
UFRN	1	0	1
UERJ	1	0	1
UFBA	0	1	1
TOTAL	35	19	54

Fonte: Tabela produzida por um dos autores do texto a partir de dados coletados no dia 21/06/2021.

Como mencionado antes, a criação do programa da Casa de Oswaldo Cruz (COC), no começo do segundo milênio, foi marcante para o fomento de pesquisas nessa temática, como pôde ser constatado através da tabela, na qual mostra-se o programa dessa instituição como aquele que mais acolheu projetos voltados para essas discussões, seguido da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal Fluminense. Então, ao destacar as obras identificadas, percebe-se que grande parte dos estudos tratam de forma mais específica a relação com as políticas de segregação social e o contexto da primeira metade do século XX. Por isso, acabam por dar mais ênfase à fase histórica da doença que ainda se conhecia como lepra.

Dessa maneira, a hanseníase da forma atual entra em discussão somente quando o modelo tripé é abolido e começa-se a discutir formas de atenuar os preconceitos atribuídos à doença. Assim, apesar dos termos biologicamente representarem a mesma doença, quanto aos aspectos socioculturais são completamente distintos. Enquanto a hanseníase insere-se em um contexto de possibilidade efetiva de cura a partir da adoção de tratamentos eficazes para a eliminação do bacilo, a lepra representou a fase de isolamento literal daqueles que eram atingidos pela enfermidade, bem como de seus familiares.

Quanto às perspectivas teórico-metodológicas da constituição da historiografia sobre a doença, Alvarenga (2013) apresenta considerações referentes a esse campo e a forma como a doença foi utilizada como objeto em História. Em suma, ela destaca algumas perspectivas e diferentes possibilidades de como abordar essas questões. Assim, apresenta autores que discutem a endemia de forma atrelada à organização e ao fortalecimento do poder público brasileiro, ou seja, pesquisas relacionadas à intensificação das políticas públicas no Brasil, o que entra em conformidade com as pesquisas de dissertações e teses que têm como fio condutor essas discussões. À vista disso, a autora cita como pesquisadores que estão vinculados a essa abordagem: “Yara Monteiro, Luciano Curi, Vivian Cunha, Laurinda Maciel e Vicente Saul” (ALVARENGA, 2013: 28). Além do mais, há outros que, apesar de também discutirem sobre esse contexto, optam por refletir sobre a lepra de um ponto de vista da história cultural, analisando a doença por meio da linguagem e dos discursos, através dos vários sentidos que são atribuídos à enfermidade, e nessa linha enquadram-se: Ítalo Tronca e Beatriz Anselmo (ALVARENGA, 2013).

Somam-se a essas perspectivas os trabalhos que apresentam discussões referentes à doença em si, para os quais a autora apresenta como exemplo: “Dilma Cabral Costa [...] pode ser inscrita no que se define como história das doenças, uma narrativa do fenômeno que procurava caracterizá-lo na sua natureza etiológica” (ALVARENGA, 2013: 29). Desta forma, a partir dessa perspectiva, discute-se a doença juntamente aos fatores singulares da endemia relacionados com a montagem do aparato burocrático brasileiro.

Dentre o número total identificado (54), destacam-se alguns que associam os sujeitos acometidos pela doença como o foco das discussões, discorrendo sobre os aspectos socioculturais com categorias como memória e a relação da doença com as políticas públicas. Nesse sentido, a tese de Keila Carvalho (2012) desenvolve um estudo sobre as políticas de isolamento compulsório

na Colônia de Santa Isabel, localizada no Estado de Minas Gerais, articulando a vivência dos sujeitos nesse leprosário e como as discussões sobre memória se relacionam nesse contexto. De modo semelhante, enquadra-se a abordagem de Juliane Serres (2009) que visa desenvolver essas memórias, mas em outra faixa espacial, tendo como foco a Colônia de Itapuã, no Rio Grande do Sul.

Além desses, o trabalho de Porto (2017) busca articular as noções de memórias tanto para aqueles que vivenciaram o leprosário de Aimorés em São Paulo, como para aqueles que trabalharam nessa instituição. De modo convergente, Silveira (2013) apresenta a articulação sobre as memórias tanto daqueles que foram isolados como dos filhos que estiveram nos preventórios. As referidas autoras são exemplos de historiadoras que desenvolvem trabalhos mais alongados sobre noções de memória e como elas incidem diante da problemática da doença.

Em face do exposto, cabe destacar outro empreendimento, o livro *História da hanseníase no Brasil: silêncios e segregação* (2019), organizado pela historiadora Yara Monteiro, que é uma das pesquisadoras precursoras em pesquisas de História referentes à hanseníase no Brasil. Foi a primeira historiadora identificada através da pesquisa a defender uma tese que teve a doença como objeto central nas discussões, em 1995, na Universidade de São Paulo, e, desde então, tem se dedicado a pesquisas relacionadas à enfermidade, se tornando uma grande referência na historiografia sobre a doença no país.

Nessa obra mais recente, Monteiro (2019) reuniu vinte e sete pesquisadores de diferentes regiões do Brasil que desenvolvem trabalhos sobre a doença. A própria divisão do livro apresenta a sua relevância para a compreensão da doença sob a dimensão histórica, uma vez que trata de textos divididos pelas 5 regiões do Brasil: norte, sul, sudeste, nordeste e centro-oeste. Dessa maneira, nota-se a amplitude que o problema possuiu em território nacional, apresentando discussões acerca dos dispensários, preventórios e leprosários que estiveram presentes em todas as regiões brasileiras no século XX.

Apesar de essas políticas de isolamento compulsório terem sido amplamente apoiadas pela comunidade médica, que via nelas a única forma de controlar a doença, a sua implantação, ou melhor, as discussões referentes a sua implantação não foram estabelecidas com base em um consenso. Pelo contrário, como mostra Yara Monteiro (2019) ao apresentar dois grupos distintos que ela denomina de “humanitários” e “isolacionistas”, as discussões sobre como seriam colocadas em prática essas ações foram bastante conflituosas.

Em suma, ambos os grupos defendiam, em certa medida, o isolamento, o que diferia era a intensidade como essa medida seria executada na sociedade. Enquanto o primeiro grupo vislumbrava medidas mais brandas, como a possibilidade do isolamento domiciliar ou mesmo a possibilidade de construção de pequenos locais para tratamento de casos específicos sem que fosse necessária a construção de um aparato maior e complexo, o outro, já objetivava o isolamento compulsório em maior escala, aos moldes do que foi de fato executado. Sendo assim, essa prática não seria optativa, como queria o primeiro grupo, mas colocada de forma coercitiva, por, na visão deles, ser imprescindível para controlar a doença.

Então, como visto pela historiografia da doença, o isolamento compulsório foi a forma encontrada para controlar a doença perante esse contexto (MACIEL, 2007). Diante dessa

problemática, mesmo que os autores até aqui citados sejam de diferentes perspectivas históricas, ora dando mais ênfase às políticas públicas, ou ao caráter discursivo e das representações da doença, perpassando por um enfoque mais nas discussões sobre a sua natureza ou até mesmo pelo foco nos sujeitos que foram acometidos, ainda assim percebe-se que todos têm em comum, como alvo das discussões, a “lepra”, sobretudo em um contexto de ampliação do poder público e de complexificação da sociedade brasileira, na primeira metade do século XX.

Tal constatação, como apresentado até o momento, demonstra uma certa lacuna historiográfica sobre o contexto de redefinições políticas no controle da endemia e as discussões sobre a trajetória da doença quando esta passou oficialmente a ser chamada por hanseníase. Ainda que em alguns desses trabalhos a faixa temporal se estenda para além do fim do modelo tripé, as discussões sobre essas mudanças entram de forma complementar e não como centro de um estudo mais aprofundado, por não se tratar do foco desses trabalhos.

O próprio trabalho de Alvarenga (2013) converge com essa perspectiva. Apesar de no quarto capítulo trabalhar com memórias daqueles que foram isolados, por meio da utilização de entrevistas, ela tem como objetivo entrevistar os ex-isolados que, inclusive, destacam terem tido “lepra” e não “hanseníase”, o que apresenta uma diferença substancial por meio do olhar histórico.

Nessa obra, a história da endemia é analisada sob perspectiva ampla ao relacionar a doença com os aspectos socioculturais da sociedade, discutindo como ela foi se integrando a partir da criação de políticas de controle e combate à lepra no Brasil, e como elas foram incorporadas pela sociedade piauiense. O delineamento temporal escolhido deve-se ao fato de que, ao longo desses trinta anos, as práticas de isolamento compulsório alcançaram seu auge e declínio por meio de investimentos federais, devido ao contexto de modernização que o país esteve inserido, que visavam desvincular o Brasil de aspectos que poderiam afastá-lo dos modelos europeus que muito influenciavam a sociedade da época.

Por isso, Alvarenga (2013) parte da investigação da situação médico-sanitária no Piauí na primeira república, destacando as viagens sanitárias de Arthur Neiva e Belisário Penna, no começo do século XX. Tais viagens constataram um país endêmico e que Miguel Pereira iria denominar, em um famoso discurso, como “um imenso hospital” (HOCHMAN, 1998: 63). Dessa forma, era preciso sanear essas regiões e controlar a incidência de diferentes enfermidades que atingiam essas populações.

A narrativa histórica, então, perpassa por todas essas primeiras décadas como forma de apresentar como a lepra foi tratada pela comunidade médica no começo do século, e posteriormente, com a intensificação do modelo tripé. Assim, temporalmente, é na década de 1960, quando cessa, pelo menos de modo oficial, a prática do isolamento compulsório, mas, como a própria Alvarenga (2013) destaca, a segregação continuou por pelo menos mais duas décadas até os anos de 1980.

Assim, faz parte das suas problematizações, não só os embates específicos sobre os problemas relacionados à saúde pública e como a doença integrou a agenda das ações profiláticas do governo, mas também outras questões mais amplas, como os problemas advindos da noção de modernidade, e como o Poder Público colaborou para o aumento do estigma por parte da

sociedade civil em prol dessa modernidade.

Ao se autodefinir como símbolo do progresso, a modernidade nega qualquer experiência que a relacione com o que afirmar ser o seu oposto. A lepra é expressão do seu contrário, pois foi rerepresentada ao mundo moderno como símbolo do atraso, da ausência de desenvolvimento e do improdutivo. Observou-se, ao longo da feitura desse trabalho, que foram essas representações a respeito da lepra que orientaram a produção de políticas de controle e combate a essa doença nas sociedades modernas (ALVARENGA, 2013: 314).

Dessa maneira, amparados tanto por esse anseio de progresso devido à forte influência de países europeus como pelo discurso médico-sanitário, que até então apoiava essas práticas (apesar de não ter tido um consenso quanto à melhor forma de implantação na prática, como já retratado no artigo), o isolamento compulsório foi a penalizante política adotada no Brasil. E o Piauí não ficou apartado dessa estrutura montada pelo governo, a Colônia do Carpina em Parnaíba foi o leprosário que representou essas intervenções na região.

A autora expõe que a complexidade das configurações sociais e a necessidade de saúde pública para os indivíduos que estavam envoltos de realidades de miséria e falta de sanitarismo foi o que determinou a inevitabilidade da intensificação da autoridade burocrática que buscasse sanar ou remediar os efeitos negativos da interdependência social aos moldes definidos por Norbert Elias (1993), e ampliado por Hochman (1998) ao tratar sobre a ampliação das políticas sanitárias.

Então, como apresentado, a discussão sobre a doença na obra de Alvarenga (2013) está sempre relacionada, tanto em perspectiva nacional como regional, à forma como os sujeitos acometidos experienciaram essa doença. No último capítulo, por utilizar de entrevistas, demonstra como essa condição de possuir o bacilo de hansen ainda afeta aqueles que foram isolados, mostrando vidas que foram totalmente transformadas a partir do diagnóstico positivo para a doença. A pesquisadora, apesar de ter como foco a discussão sobre a doença, embarca também uma série de outras questões sobre a sociedade piauiense do período, além da própria condição de saúde e como essas questões foram se incorporando na sociedade com o objetivo de controlar as endemias.

Considerações finais

Após a apresentação de diferentes leituras referentes à historiografia da saúde e da doença, nota-se as especificidades da doença enquanto problema sociocultural. Ao passo que a lepra representa a fase da enfermidade que não possuía cura, e cuja principal política pública de controle era o isolamento compulsório em instituições, a hanseníase se constitui em outro contexto totalmente diferente, decorrente dos avanços médicos e das redefinições políticas de controle da endemia.

Por isso, ao longo do século XX, e em boa parte dele, a enfermidade tinha essa denominação e foi atrelada à política de segregação social, que afastava os sujeitos do convívio de seus familiares e amigos e os colocava em instituições denominadas de leprosários. Apesar da prática

do isolamento ter sido abolida por meio do decreto nº 968, de 7 de maio de 1962 (BRASIL, 1962), as referências bibliográficas mostram que as práticas perduraram até meados da década de 1980. Assim, é possível compreender o interesse de grande parte da historiografia nacional sobre a doença ter como foco esse período e essa política pública em especial.

Porém, ao final do artigo, após a identificação de diferentes trabalhos historiográficos sobre o tema e a compreensão sobre os pontos-chaves destes, cabe ressaltar as possibilidades de outras pesquisas relacionadas a essas discussões, ao identificar lacunas deixadas por essas produções. Considera-se, então, que nenhum trabalho é acabado em si mesmo, e sempre deixa brechas para que outras pesquisas sejam desenvolvidas. Por isso, como apontado ao longo do texto, essas obras, por terem como questões centrais as políticas de isolamento, acabam por deixar aspectos em aberto sobre o período posterior: a fase de pós-isolamento compulsório e como essas políticas foram se modificando.

A partir da segunda metade do século XX, a doença passa a ser denominada oficialmente como hanseníase, e se tem o dismantelamento do modelo tripé (leprosário, preventório e dispensário) que vigorou por anos. Logo, fazem-se necessárias análises com o foco nesse debate, sobre como essas políticas foram se alterando, e o modo de recepção da sociedade para com essas distinções, considerando as discussões sobre a doença como fio condutor para discutir vários aspectos da sociedade, como as relações sociais, a questão da urbanização das cidades, o sanitarismo, dentre outros.

Além disso, ao lançar o olhar sobre um período mais recente, referente às redefinições políticas da doença, torna-se possível abordar com mais intensidade questões como memória e oralidade, tanto daqueles que foram acometidos em uma nova estrutura política de combate à doença, como dos profissionais que estiveram envolvidos, atuando durante essas mudanças de tratamento do doente.

Soma-se a isso a criação do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), de modo nacional, em 1981, como movimento social que visava contribuir para a reintegração dos doentes na sociedade, por meio de reivindicações por políticas públicas mais eficientes, além da atuação conjunta com os órgãos públicos através das campanhas educativas e de diversos eventos relativos à desmistificação de características negativas relacionadas à doença, o que possibilita também uma maior análise sobre como esse movimento se constituiu durante essas mudanças políticas.

Desse modo, a historiografia referente a saúde e doença aos poucos vem se consolidando no cenário nacional com o campo denominado de História da Saúde e das Doenças. Como mostrado, existem referências de diferentes locais do Brasil que trabalham essas questões e que desenvolveram dissertações e teses em programas de pós-graduação. Porém, em relação à hanseníase (lepra), o campo apresenta-se ainda muito fértil para a construção de outros trabalhos sobre essa temática.

Assim, apesar da ampliação da historiografia que aborda a saúde e as doenças enquanto fenômenos socioculturais e políticos, como visto, existem ainda diversas possibilidades de como se trabalhar com esse objeto de pesquisa. E, tratando-se de uma endemia fortemente vinculada aos aspectos interacionais entre os sujeitos, o estudo referente a essas problemáticas, como os

estigmas, são basilares para a desmistificação de preconceitos que culminam na permanência da doença.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate a lepra no Piauí*. Teresina: Edufpi, 2013.

ARAÚJO, Johny Santana de. Os caminhos de interação entre história, historiografia e teoria. *Revista de Teoria da História*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 225-249, abr. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/35125>. Acesso em: 18 jul. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH. *GT História da Saúde e das Doenças*. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalho/atividades/item/305-gt-historia-da-saude-e-das-doencas>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Decreto nº 968, de 7 de maio de 1962. Baixa normas técnicas especiais para o controle da lepra no país e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de maio de 1962. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/historiadahanseníase/media/Decreto968.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.

CARVALHO, Keila Auxiliadora de. *Colônia Santa Izabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960)*. 2012. 245 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16168>. Acesso em: 05 ago. 2022.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 1998.

MACIEL, Laurinda Rosa. “*Em proveito dos sãos, perde o Lázaro a liberdade*”: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962). 2007. 380 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/17208>. Acesso em: 05 ago. 2022.

MONTEIRO, Yara Nogueira (org.). *História da Hanseníase no Brasil: silêncio e segregação*. São Paulo: LEER-USP; Fundação Paulista Contra Hanseníase; Intermeios, 2019.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo. *As pestes do século XX: Tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. Sobre a História da historiografia brasileira: um breve panorama. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, v. 177, n. 472, p. 13-37, jul./set. 2016. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-472/item/108388-sobre-a-historia-da-historiografia-brasileira-um-breve-panorama.html>. Acesso em 05 ago. 2022.

PANDEMIA DE HISTÓRIA. *Seção Sobre*. Disponível em: <https://pandemiadehistoria.wordpress.com/about/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

PORTO, Carla L. *Reinventando um lugar de exclusão: práticas, representações e sociabilidades de portadores do Mal de Hansen no Aimorés (Bauru – São Paulo, 1945 – 1969)*. 2017. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151819>. Acesso: 05 ago. 2022.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA CASA OSWALDO CRUZ. *Seção Linha de Pesquisa*. Disponível em: <http://ppghcs.coc.fiocruz.br/index.php/br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 13 jun. 2021.

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, jul, 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6543>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SERRES, Juliane Conceição Primon. *Memórias do isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia do Itapuã*. 2009. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo-RS, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2184>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SILVEIRA, Bruna Alves. *Práticas sociais, memórias e vivências no combate à lepra: isolamento compulsório em asilos-colônia e preventórios brasileiros - 1935 a 1986*. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16462>. Acesso em: 05 ago. 2022.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018.